

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de São Paulo

Class.: 27

Data: 07.10.76

Tribo é acusada de atacar fazenda

Do correspondente em
SÃO LUÍS

Somente ontem chegou à Delegacia Regional da Funai, em São Luís, a informação de que um grupo de índios guajajaras atacou, há cerca de 20 dias a sede da agropecuária Capoema, localizada no interior do posto indígena Anjico Torto expulsando da área mais de cem peões que trabalhavam para a fazenda. Não houve vítimas no ataque mas os peões ficaram prisioneiros dos índios até que diversas instalações da agropecuária foram incendiadas.

Ontem, a Justiça Federal do Maranhão ouviu o depoimento do fazendeiro pau-

lista Otavio Guimarães de Toledo Junior, o principal implicado no incêndio de uma aldeia dos índios timbiras em janeiro desse ano que negou ter incendiado a aldeia Vereda Bonita mas apenas ateado fogo "em alguns casebres de sua propriedade".

Demarcação gera divergência entre a Funai e o Incra

Do enviado especial

Apesar do rigoroso sigilo nas áreas oficiais, em torno dos entendimentos mantidos na semana passada entre o governo do Território de Rondônia e o sertanista Apoena Meirelles, sobre a demarcação do posto indígena 7 de Setembro, no Parque Aripuanã, transpirou em Porto Velho a informação de que surgiu nos últimos dias uma discordância entre a Funai e o Incra quanto aos limites que deverão ser fixados para a reserva.

A versão do Incra que segundo se informa em Porto Velho conta com o apoio do governo do Território, coloca a linha demarcatória a apenas um quilômetro das malocas da tribo suruí, que reúne 250 índios. Mas, numa reunião realizada no fim de agosto em Brasília, para solucionar o litígio entre brancos e índios na área, e da qual participaram o governador de Rondônia e os presidentes da Funai e do Incra, tinha ficado certo que essa distância seria de 7,5 quilômetros. Por isso, Apoena Meirelles não era encontrado ontem em Porto Velho. Inconformado, ele tinha ido a Brasília, relatar os últimos fatos ao presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira.

Na semana passada o sertanista foi convocado para uma reunião com o governador de Rondônia e representantes da Polícia Militar e da Polícia Federal, em Porto Velho. Foram então confrontados os dois mapas, o da Funai e o do Incra e Apoena teria ficado indignado com a nova proposta que pretende deixar os índios "muito perto" dos colonos, com os quais já tiveram diversos atritos. Em Porto Velho, comenta-se que Apoena viajou para Brasília disposto a pedir demissão da Funai caso prevaleça a posição do Incra.

DIREITOS

Apesar de o assunto estar sendo tratado com muita reserva não só em Rondônia mas também em Brasília, há informações de que o próprio Ministério do Interior

estaria apoiando a demarcação segundo os limites do novo mapa. O Ministério estaria adotando uma posição "realista" diante da situação de cerca de 200 famílias de colonos que, com a delimitação original, teriam de ser retiradas da área. Essas famílias alegam ter direitos, assegurados por cartões de identificação fornecidos pelo Incra — embora o órgão negue que esse instrumento possa assegurar a posse — e por duas vezes já impediram o prosseguimento do trabalho de demarcação.

A posição dos colonos fortalecida pelo apoio que recebem das populações das cidades próximas da área em litígio como Cacoal, Pimenta Bueno e Vila de Rondônia, está segundo alguns, preocupando as autoridades. E o uso de força policial para garantir a demarcação — medida que chegou a ser reivindicada pela Funai — é encarado como um recurso capaz de causar prejuízos eleitorais ao governo, dia 15 de novembro, na região.

As famílias instaladas irregularmente na reserva dos suruí — cerca de 1 100 — são de colonos que não conseguiram assentamento no projeto Jy-Paraná do Incra, implantado ao longo da rodovia BR-364 a Cuiabá Porto Velho. A reunião realizada no final de agosto em Brasília conseguiu resolver o problema da maioria dessas famílias, com o deslocamento da área da tribo suruí a 3 quilômetros para leste. Mas permaneceu sem solução a situação de outras cerca de 200 famílias, as que agora estão dificultando a demarcação.

O próprio ministro Rangel Reis que visitou a aldeia em meados do mês passado garantiu que a demarcação seria reiniciada imediatamente depois de verificar o descontentamento que poderia levar os índios à luta. Anteontem, porém informou-se que a demarcação de 7 de setembro começará por enquanto, somente "nas áreas onde não houver litígio" o que vem sendo interpretado como uma forma de adiar o problema.